

FICHA DE CANDIDATURA - ATRIBUIÇÃO DE HABITAÇÃO SOCIAL EM REGIME DE ARRENDAMENTO APOIADO

Despacho

Registo de Entrada

NIPG:

Data:

Processo nº:

O Funcionário

A

Identificação

01. Nome/Entidade:
02. Morada / Sede:
03. Freguesia:
04. Código Postal:
05. NIF / NIPC:
06. Nº de Identificação Civil:
07. Validade:
08. Telefone:
09. Telemóvel:
10. Fax:
11. Email:
12. Solicito o envio de notificações, no decorrer deste processo, para o endereço eletrónico indicado.
13. Na qualidade de:

B

Exposição do Pedido

Vem pelo presente apresentar a V.ª Ex.ª:

Candidatura ao concurso do Edital nº _____ com vista à atribuição de habitação social, na rua _____
lote _____, em _____ em
regime de arrendamento.

C

Motivos do Pedido

Assinale X a(s) situação/situações:

- Habitação em mau estado ou a ruir
- Doença crónica, deficiência física/mental
- Despejo
- Inexistência de habitação
- Renda elevada face ao rendimento
- Divórcio ou separação
- Constituição de família
- Sobreocupação
- Alojamento coletivo
- Outro:

D

Residência Atual

Rua:
Localidade:
Freguesia:
Concelho:

Título de Ocupação	Valor da Renda	Condições de Habitação
Arrendada ou Subarrendada		Sem água
Co-habitação		Sem eletricidade
Cedida/Ocupação Precária		Sem esgotos
Habitação de Função		Sem casa de banho
		Sem cozinha

E

Composição do Agregado Familiar

Nº	Grau de Parentesco	Nome	Data de Nascimento	NIF	Profissão	Rendimento Anual Bruto	Local de Trabalho	Vínculo Laboral
1								
2								
3								
4								
5								
6								
7								

F

Informação/Consentimento

De acordo com o RGPD, o Município de Odemira enquanto responsável pelo tratamento, informa que os dados recolhidos destinam-se exclusivamente para o fim presente neste formulário.

Os titulares dos dados podem exercer, por escrito, os seus direitos previstos no art. 13º, designadamente: direito de informação, acesso, retificação, apagamento, limitação do tratamento, portabilidade, oposição e de ser informado em caso de violações de segurança.

Para mais informações contacte: protecao.dados@cm-odemira.pt, Município de Odemira, Praça da República, 7630-139 Odemira, Tel. 283 320 900 ou consulte a política de privacidade em www.cm-odemira.pt.

De acordo com a Lei de Acesso aos Documentos Administrativos, os elementos apresentados no âmbito do presente processo são documentos administrativos, pelo que o Município estará obrigado a garantir o seu acesso, salvaguardando os dados pessoais, a todos aqueles que o solicitem.

G

Pedido de Deferimento

Ao assinar este documento, declaro para o devido efeito, sob compromisso de honra, que na instrução do presente pedido todos os dados são verdadeiros, nada tendo omitido, e que:

- Não usufruo, ou outro membro do agregado familiar, de qualquer prédio em sentido fiscal no território nacional;
- Não usufruo, ou outro membro do agregado familiar, de outros apoios financeiros públicos para fins habitacionais;
- Não usufruo, ou outro membro do agregado familiar, de bens ou rendimentos que permitam a aquisição de habitação própria ou de arrendamento no regime de renda livre;
- Tenho residência no concelho há mais de um ano.

Que me obrigo, por esta forma, a respeitar integralmente o exposto no Regulamento Municipal de Gestão das Habitações Sociais, o qual é do meu inteiro conhecimento (Regulamento nº 44/2009, II Série do Diário da República - nº 13, de 20 de janeiro, cuja publicação definitiva consta no Aviso nº 19060/2009, II Série do Diário da República - nº 207, de 26 de outubro).

Data:

G

Documentação

Entregar conforme a situação:

1. Fotocópia dos bilhetes de identidade ou cartões de cidadão de todos os elementos do agregado familiar
2. Fotocópia do número de identificação fiscal de todos os elementos do agregado familiar
3. Declaração da Junta de Freguesia a comprovar a composição do agregado familiar e o tempo de residência no concelho
4. Certidão de bens emitida pela Repartição de Finanças em nome de todos os elementos do agregado familiar
5. Fotocópia de IRS e nota de liquidação ou comprovativo de isenção ou inexistência desta
6. Comprovativo de recibo de vencimento
7. Declaração emitida pela Segurança Social referindo os descontos efetuados
8. Comprovativo de pensão/reforma ou outras subvenções emitidas pela Segurança Social ou Centro Nacional de Pensões
9. Comprovativo de rendimento social de inserção emitido pela Segurança Social referindo o valor auferido e a duração
10. Comprovativo de desemprego emitido pela Segurança Social referindo os valores pagos e a duração
11. Comprovativo de inscrição no Centro de Emprego
12. Declarações de frequência escolar emitida pelo estabelecimento de ensino respetivo
13. Situação de divórcio (Sentença do Tribunal relativa ao direito à casa de família assim como a regulação das responsabilidades parentais)
14. Relatórios emitidos por entidades externas (Segurança Social, Comissão de Proteção de Crianças e Jovens, Equipa de Intervenção Precoce, Gabinete de Apoio à Vitima, Tribunal e Médico de Família) relativas a situações de vulnerabilidade social (ex: deficiência física ou mental, violência doméstica ou outras)